

FICHA DE INFORMAÇÃO E CONSENTIMENTO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha procede, no exercício das suas atribuições e de acordo com o respetivo Regimento, a atividades de gestão das inscrições, participações e intervenções nas Sessões públicas da Assembleia Municipal, com tratamento dos dados pessoais dos participantes e, em geral, de todas as pessoas interessadas nas suas iniciativas, de acordo com as normas aplicáveis no âmbito da proteção de dados ou da segurança da informação, designadamente, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e a Lei de Execução do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, sendo o tratamento de dados realizado nos seguintes parâmetros:

1.Responsável pelo tratamento: Município de Albergaria-a-Velha (doravante designada por Município ou CM-Albergaria-a-Velha), com o NIPC 506 783 146, com domicílio institucional à Praça Ferreira Tavares, em Albergaria-a-Velha, telefone: 234 529300, fax: 234 522 225, e-mail: geral@cm-albergaria.pt e sítio eletrónico: www.cm-albergaria.pt.

2.Contactos do Encarregado da Proteção de Dados: o responsável pelo tratamento dispõe de um correio eletrónico específico para efeitos de proteção de dados pessoais, estando o Encarregado da Proteção de Dados disponível através do endereço dpo@cm-albergaria.pt.

3.Categorias de titulares de dados: participantes nas Sessões da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha e todos os cidadãos interessados ou participantes nas atividades desenvolvidas no âmbito dessas Sessões realizadas pela Assembleia Municipal nos seus domínios de competência.

4.Dados pessoais a tratar: categorias gerais de dados do participante ou interessado, tais como dados de identificação civil e/ou fiscal, dados de habilitações académicas, dados de contacto e dados eventualmente referentes à intervenção nas Sessões, bem como, sempre que as Sessões sejam objeto de gravação de imagem e transmissão em linha, categorias especiais de dados pessoais, tais como dados biométricos, sempre que tal tratamento seja considerado necessário, proporcional e adequado à prossecução das finalidades das Sessões.

5.Contexto e finalidade do tratamento: os dados pessoais dos titulares são tratados exclusivamente para as finalidades de gestão das inscrições e gestão das participações e intervenções, bem como para informação, divulgação e transparência sobre as atividades realizadas nas sessões públicas da Assembleia Municipal, sendo ainda tratados para efeitos de registo e procedimentos associados aos eleitos locais.

6.Fundamento jurídico: o tratamento dos dados tem como fundamento, consoante as situações concretas, o consentimento expresso do titular dos dados, a gestão do relacionamento, o cumprimento de obrigações legais ou a prossecução de interesses legítimos de gestão de acessos, sendo o fundamento especificado em cada uma das atividades concretamente realizadas pela Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha.

7.Consequências do não fornecimento dos dados: sempre que o fundamento da legitimidade do tratamento dos dados é o consentimento, o titular dos dados não está obrigado a permitir o tratamento dos dados pessoais, pelo que, não consentindo, ou retirando posteriormente o consentimento previamente prestado, não serão os mesmos objeto de tratamento, sendo, neste último caso, após o pedido, apagados os dados pessoais em referência, ou cancelando-se a respetiva utilização para efeitos acessórios, dependendo da vontade expressa do titular dos dados, sem afetar, contudo, a legalidade das operações entretanto realizadas até à data da retirada do consentimento.

8.Destinatários: o responsável pelo tratamento procede ao tratamento por si (através de profissionais sujeitos à obrigação de sigilo profissional) ou por sua conta, através de subcontratantes credenciados para a prestação de serviços por si selecionados e vinculados a estritas medidas técnicas e organizativas ajustadas à proteção dos dados pessoais.

9.Medidas de segurança: estão implementadas as medidas de segurança técnica e organizativa consideradas adequadas para assegurar um nível de segurança do tratamento dos dados adequado ao risco.

10.Local de recolha de dados: os dados são recolhidos por técnicos ao serviço do Município de Albergaria-a-Velha, através de formulários em papel ou digitais, estando garantida a privacidade ou confidencialidade da sua recolha e a respetiva integridade, qualidade e exatidão dos dados.

11.Prazo de conservação: sem prejuízo das situações excecionais de prorrogação do prazo de conservação previstos na lei ou consideradas necessárias para a defesa de direitos ou interesses legítimos, bem como das situações de retirada do consentimento, apagamento, oposição ou limitação do tratamento, que produzem efeitos imediatos sem afetar, contudo, a

legalidade das operações entretanto realizadas, os dados pessoais tratados são conservados pelo período necessário à execução de cada uma das concretas iniciativas da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, findo o qual serão apagados. As gravações de imagem serão apagadas no final das reuniões e as gravações sonoras serão apagadas após a aprovação da versão final da respetiva ata.

12.Comunicação de dados: com exceção das situações de obrigatoriedade legal de comunicação de dados, não existem operações de comunicação de dados, não sendo os dados pessoais comunicados a terceiros. Contudo, prestado que seja o consentimento para o tratamento dos dados, estes poderão ser objeto de operações de divulgação ou transmissão em linha, no caso específico das gravações e transmissão das sessões públicas da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha. Durante o período da transmissão digital online, podem os dados ser captados por terceiros.

13.Interconexão de dados e decisões automatizadas: não são realizadas operações de interconexão de dados pessoais.

14.Transferências internacionais de dados pessoais: não são realizadas operações de transferência de dados pessoais de candidatos para um país terceiro ou uma organização internacional.

15.Tratamentos e suportes: os dados pessoais são recolhidos por técnicos ao serviço do Município de Albergaria-a-Velha, sendo objeto de múltiplos tratamentos de carácter não automatizado e automatizado e sendo objeto de incorporação em diversos tipos de suportes analógicos ou digitais que sejam considerados necessários para alcançar as finalidades das atividades, sendo sempre tratados com confidencialidade, com exceção das situações em que os dados sejam objeto de divulgação ou transmissão em linha através de canais públicos ou de acesso livre.

16.Direitos do titular dos dados: para além da retirada do consentimento, o titular dos dados tem o direito de solicitar ao responsável pelo tratamento o acesso, a retificação ou o apagamento dos seus dados pessoais, bem como a limitação ou a oposição ao tratamento e a portabilidade dos dados, nas condições previstas na lei.

17.Direito de reclamação à autoridade de controlo: o titular dos dados pode sempre exercer, caso assim o considere necessário, o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (www.cnpd.pt).

18.Endereço para exercício de direitos: para solicitar qualquer informação, apresentar reclamações ou requerer o exercício de direitos é favor contactar pelo endereço de correio eletrónico dpo@cm-albergaria.pt.

19. Política de Proteção de Dados: as operações de tratamento de dados pessoais são realizadas de acordo com a Política de Proteção de Dados Geral que se encontra disponível em www.cm-albergaria.pt.

20. Formulários de Recolha de Dados e Folhetos Informativos Especiais: os Formulários para recolha de dados pessoais e os Folhetos Informativos especiais que possam existir sobre as atividades a realizar nas Sessões da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha estão disponíveis para consulta em www.cm-albergaria.pt.

ALBER
GARIA
·A·VE
LHA